O RETORNO: EVIDÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES

1. ESTRATIFIÇÃO E SISTEMA DE ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

«O sistema de estratégias que uma classe ou grupo social desenvolve depende do volume e da estrutura do capital que se trata de reproduzir/reconverter e do sistema de instrumentos na reprodução. Uma troca de instrumentos na valorização de determinados componentes do capital patrimonial produz uma reestruturação do sistema de estratégias.»¹

No sistema social existe uma dinâmica estrutural, ou seja, a permanência e a alteração da configuração da estrutura social, caracterizada pela cíclica ascensão, declínio e tendência de recuperação que se manifesta nos grupos sociais dominantes, ainda que esta se verifique nas gerações posteriores.

Aquela dinâmica produz uma tensão interna na estrutura social, alimentada com a chegada progressiva de novos indivíduos ou famílias aos lugares cimeiros da escala social, num processo de funcionamento permanente, que ocorre em diferentes momentos e nos diferentes grupos que compõem o sistema social.

No sistema de acção que constitui o sistema social, há quatro elementos específicos a ter em conta: «a pluralidade dos actores»; «o sistema de símbolos culturais»; (actores) motivados para obter gratificação e, por último, a situação.²

O funcionamento da dinâmica estrutural poderá assemelhar-se a uma "pirâmide" que se alarga ou dilata em todos os sentidos. Esta dinâmica produz interna e ciclicamente movimentos ascendentes e descendentes, sempre relativos e alimentados pelo crescimento demográfico, funcionando a emigração e a imigração, como uma das estratégias reguladores e influenciadores das trajectórias de reprodução e transformação social.

Se em determinadas épocas parece haver estabilidade, ou falta de tensão conflitual e dinâmica estrutural, como se a sociedade fosse estática, noutros momentos explode, surgindo, com esse aspecto nos períodos revolucionários ou de transformação política dos regimes. Por outro lado, o crescimento demográfico, a emigração e as alterações estruturais do sistema económico provocam a ampliação geral da pirâmide social e o surgimento de novas elites, novos grupos profissionais e ocupacionais nos diferentes níveis da sociedade.

Neste processo dinâmico da sociedade acontecem as formas mais visíveis de mobilidade social ascendente e descendente.

Rodriguez, Lorenzo Cachón, Mobilidad Social ou Trayectórias de Clase?, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p.543

² Idem, p.54

Subir na escala social é um processo lento e socialmente regulado, no qual os indivíduos vão demonstrando aptidões progressivamente legitimadas, de geração em geração, sendo testado cada ramo familiar, num exercício selectivo congregando e afastando parentes, conforme é o grau de resposta dos participantes na contenda social.

O retornado está sujeito à observação da comunidade, sendo-lhe exigidas atitudes, comportamentos e iniciativas conforme o grupo social de onde provém, levando este a uma avaliação do que lhe é exigido e do que ele é capaz. Neste jogo social situa-se a mobilidade e a reprodução social.

A mobilidade ascendente, conseguida através de enriquecimento, necessita de ser socialmente legitimada, sendo reconhecido ao que ascende socialmente, qualidades de mérito, de família e instrução. Por isso, aquele que ascende por via da emigração procura demonstrar publicamente virtudes, capacidades e competências no lugar de retorno, avaliando-se nas formas de representação social, os limites da escala de ascensão e da legitimação.

Descer na escala social, a níveis muito baixos, força as saídas pelo abandono voluntário do território social, quer se trate do não retorno por falência de projecto, quer pela incapacidade de gestão da propriedade ou capital simbólico dos descendentes, manifestando-se ainda no esvaziamento ou desagregação do quadro doméstico por não descendência, ou abandono progressivo do lugar de origem do grupo doméstico donde se é proveniente.

São limites desta "pirâmide", os que se estabelecem no funcionamento da estrutura demográfica, nos sistemas político, económico, social, educativo e os que se estabelecem nos códigos religioso, ético, moral, explícitos nas leis civis e administrativas, os quais funcionam como reguladores do funcionamento social.

Integram ainda os limites da "pirâmide" a dimensão da propriedade, os rendimentos agrícolas e capacidade produtiva dos solos, bem como a natureza de outras fontes de rendimentos quando provêm de actividades não agrícolas e o valor simbólico atribuído aos diferentes tipos de propriedade, valores e sua proveniência, como atributos hierarquizadores sociais, associados à legitimação dos diferentes estilos de vida social.

Estes mecanismos legitimadores de uma ordem dinâmica que se estabelece entre as estruturas e a acção social, são reguladores implícitos das estratégias sociais e das tensões internas provocadas pelos conflitos de interesse, causadores das trajectórias ascendentes e descendentes na hierarquia social.

1.1 Estratégias e trajectórias

Tendo em conta os constrangimentos e as estratégias de conservação e reprodução social verificadas nas comunidades rurais, nas quais tem lugar a emigração, as trajectórias sociais dos

migrantes são condicionadas pelos constrangimentos sociais de comunidade, próprios dos diferentes grupos domésticos, onde se contam proprietários e não proprietários. Existem, porém, outros condicionamentos próprios do migrante (grupo social, alfabetização, idade, sexo), ou que decorrem do lugar de acolhimento do emigrante e da conjuntura económica e das opções de retorno.

A emigração, ao ser vista como uma realidade distinta do retorno, ou, se quisermos, como duas vertentes autónomas do mesmo problema, não tem em conta que na base da saída está uma intenção de retorno.

Esta poderá tomar várias formas, conforme for o itinerário escolhido pelo emigrante, o seu sucesso no lugar de instalação e as motivações sociais, familiares e individuais, decorrentes do lugar social que ocupa no momento de saída.

Segundo Richmond, existem dificuldades nas análises estatísticas tradicionais, levando-os a encarar a migração de retorno como uma componente apenas dum processo mais vasto de troca. Assim, propõem, para a análise migratória, «o desenvolvimento de sistemas abertos, que tenham mais em conta o "feedback" da comunicação e da informação, que encarem o processo de adaptação como uma gestão de conflitos e tensões estruturais conducentes a várias saídas.³

Teremos em conta os trabalhos de Jorge Alves, dado haver identidades cronológicas, principalmente no que se refere às transformações de regime oitocentista e os impactes económicos regionais dos fluxos financeiros com proveniência do Brasil e ainda os de F. Brandão⁴ e Carlos Silva, ⁵ onde a propriedade, o casamento, a herança/sucessão e as migrações são analisados no contexto histórico, como estratégias de gestão e reprodução de propriedade e do quadro social em comunidades rurais.

Tê-los-emos em conta, dado que nos debruçaremos simultaneamente sobre indivíduos e estruturas sociais e sobre o impacto que a migração de retorno do Brasil teve em Fafe, como estratégia de reprodução ou transformação social.

Bourdieu oferece-nos uma tipologia das estratégias de reprodução esquematicamente apresentadas por Lourenzo Cachón Rodrigues, A)- Estratégias negativas: estratégias de limitação da fecundidade); B)- Estratégias positivas: estratégias sucessórias, educativas, profilácticas, económicas, de inserção social, matrimoniais, ideológicas. ⁶

Carlos Silva teoriza sobre os "constrangimentos e estratégias" na análise da tensão dinâmica entre a estrutura e acção, pressupõe a existência de linhas de força presentes na

_

Alves, Jorge Fernandes, Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto, 1994, p.21

Brandão, Maria de Fátima, Terra, herança e família, Porto, Afrontamento, 1994

Silva, Manuel Carlos Ferreira da, Resistir y Adapterse - constreñimientos e estratégias campesinas en el noroeste de portugal, Universidade de Amsterdam, 1994

Rodriguez, Lorenzo Cachón, Mobilidad Social ou Trayectórias de Clase?, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, pp.543-544

estrutura e na estratégia de realização de objectivos de médio ou longo prazo, havendo, contudo, liberdade por parte do actor social.

No quadro das opções estratégicas, o grau de acção é variável, conforme o posicionamento social de cada um dos actores: «as estratégias e respectivas representações de continuidade ou descontinuidade relativas à conservação do património diferem, conforme é maior, menor ou nula a capacidade de reprodução patrimonial»7, para além da existência e funcionamento de outras variáveis como: processos de testamento, grau de educação dos herdeiros, presença e participação destes na exploração e disponibilidade para a sucessão.

Por outro lado, e «tendo em conta que a estruturação da acção se faz a diversos níveis, só uma perspectiva que encare a relação entre constrangimentos e estratégia» explicará a acção, onde as interacções dos actores sociais não são separáveis ou independentes dos constrangimentos estruturais: casamento, herança e migrações. 8

«Ele deixara-a sem dote, filha-família duma casa arruinada. E o homem que ele amava desistira do casamento, medida esta tida por demais natural entre o povo do campo, para quem o casamento é mais do que o imperativo da espécie - é a união de dois patrimónios».

O casamento e a herança constituem os comportamentos fundamentais e indissociáveis dos processos de reprodução e, eventualmente, de mobilidade social.

Os imperativos sócio-económicos presentes nas opções matrimoniais aparecem uma vezes conjugados com os condicionamentos da atracção física, outras vezes mediados pelos factores de ordem familiar, social e afectiva decorrentes de contextos da educação familiar. O casamento «de acordo com a categoria social dos noivos, conduz à recomposição de patrimónios ou à reunião de salários e outros rendimentos originários da própria terra ou arrendada, permitindo a miúdo, a aplicação de poupanças agrícolas e não agrícolas». 10

Nesta prática estão presentes factores económicos e políticos, bem como os de natureza erótico-sexual, o que nos remete para a análise das relações do domínio de classe e patriarcado, onde se exercem os protagonismos decorrentes das relações de parentesco nas estratégias matrimoniais, tendentes a negociar e a celebrar o casamento ideal entre parceiros de posição semelhante.

As estratégias matrimoniais e sucessórias conjugam-se, no sentido da reprodução social da casa materna. Neste quadro estratégico decorrem as opções pela escolha de herdeiros

Alves, Jorge Fernandes, Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto, 1994, p.47

Silva, Manuel Carlos Ferreira da, Resistir y adaptarse - constreñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal, Universidad de Amsterdam, 1994, p. 47

Bessa-Luis, Agustina, A Sibila, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, p.40

Silva, Manuel Carlos Ferreira da, Resistir y adaptarse - constreñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal, Amsterdam, Universidad de Amsterdam, 1994, p. 47

privilegiados e representantes legítimos da herança da casa, influenciando na escolha dos que deveriam ficar solteiros, ou seguir outras vias profissionais consequentes com o estatuto do grupo doméstico (padres, militares), ou emigrar. No controlo da terra e reprodução da casa, reside a estratégia de definição do herdeiro principal. ¹¹

No caso «do tratamento desigual do filho emigrante não é de modo algum o resultado do comportamento idiossincrático dos pais [...]. pelo contrário, constituía um traço característico das práticas de herança de mosteiro. [...]. Acresce que os filhos emigrantes, ao ausentarem-se por longos períodos da casa natal, viam-se na impossibilidade de influenciar os pais quanto ao destino a dar aos bens do casal.»¹²

Nestas estratégias camponesas, residiu a sua eficácia e operacionalidade, no quadro de um país que, até meados do século XIX se manteve atrasado no seu desenvolvimento agroindustrial e determinou ou favoreceu a manutenção das economias domésticas camponeses, até à década de sessenta deste século, prolongando formas muito antigas de autonomia e reprodução de sistemas produtivos e processos económicos distintos do modo de produção capitalista, ou mesmo resistindo ao mercado como essência do mercado.

No entanto, e tendo em conta que no processo de retorno, o emigrante, ao integrar o quadro social de proveniência, necessita de proceder nas mesmas regras do sistema estratégico, ainda que apresente novas "armas", como as que os clássicos da literatura muito referiram (expressas no vestuário, nas fala, nas atitudes), a presença das filhas e sobrinhas herdeiras e respectivos projectos de casamento são uma constante, realçando permanentemente o vínculo familiar, descendência e sucessão da herança dos bens patrimonial.

É nosso entendimento que as estratégias de casamento, herança e a migração, sendo estratégias de reprodução/transformação social, deverão ter em conta os itinerários e as trajectórias sociais marcadas pelo momento, lugar e formas de reinstalação no retorno. As primeiras, para além de se verificarem e justificarem as opções de saída, reforçam-se no momento, nas formas de instalação, no território de origem e nas opções de retorno ou de não retorno.

Por sua vez, o isolamento geográfico, condicionado pelas características morfológicas do território e as formas de organização dos agregados populacionais do território, associado à falta de vias de comunicação até à década de setenta deste século, favoreceram o atraso agroindustrial, dificultaram as transformações estruturais e mantiveram estratégias camponesas de produção familiar e reprodução social, como processos de resistência e adaptação.

Por outro lado, e tendo em conta a sociedade envolvente, os actores sociais estabeleceram estratégias, conscientes e racionais, para minimizar ou contrariar a dependência do Estado, desviando-se das suas orientações. Veja-se a atitude legislativa do Estado português, sobre a

.

¹¹ Idem, p. 52

¹² Brandão, Maria de Fátima, Terra, herança e família, Porto, Afrontamento, 1994, p. 255

emigração, no controlo e regulação da saída legal dos nacionais para as colónias ou para outros Estados, a qual se orienta, umas vez por critérios de favorecimento da emigração e outras vezes para a sua limitação (contrariando as saídas, bem como a entrada de cidadãos estrangeiros em Portugal).

Estas atitudes, visíveis na legislação da emigração, subordinam-se às políticas conjunturais do Estado, tendo em vista o carácter económico da gestão dos recursos humanos nacionais, nas políticas de colonização e de emigração.

Uma forte desconfiança da população portuguesa perante o Estado com fortes raízes no processo histórico português, para além de se revelarem na emigração clandestina, marca o comportamento do quotidiano das comunidades rurais: «Em Luilhas, porque levava um lápis e papel na mão, onde notava as impressões locais, fui considerada, com os meus guias, como "fescais do Porto. Certa vendeira aterrorizada por esta súbita ideia, fechou apressadamente a porta, só a abrindo quando completamente certificada do fim que ali me levara. E receosa, ao virme embora, ainda me disse: "-A senhora num bá dizer òs do Porto qu'há bénd'em Luilhas ...».

Podemos concluir que se «acha imprescindível a articulação dos constrangimentos relativos ao contexto das forças institucionais locais com o actuar, consciente ou não, dos actores sociais visíveis desde as estratégias matrimoniais e sucessórias, passando pelas migratórias, até às estritamente políticas ou simbólicas».¹⁴

1.2 Estratificação social simbólica e mobilidade

Entendemos como classe social, a definição dada por Bourdieu, um conjunto de agentes, definidos «não por uma propriedade (mesmo que se trate da mais determinante como o volume e a estrutura do capital) nem por uma soma de propriedades (propriedades do sexo, da idade de origem social ou étnica ... de rendas, de nível escolar, etc.) nem sequer por uma cadeia de propriedades, ordenadas todas a partir de uma propriedade fundamental (a posição nas relações de produção) numa relação causa efeito, de condicionante a condicionado, senão pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere a cada uma delas e aos efeitos que exerce sobre as práticas, seu valor próprio». 15

Ao utilizamos para o nosso estudo o Registo de Eleitores e Elegíveis do Concelho em 1881 cruzados com os dados dos Róis de confessados de uma freguesia tipo, e ainda os Registos de Passaportes e Termos de Abono de Identidade dos migrantes verificamos existirem relações

Pereira, Maria Palmira da Silva, Fafe- Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho, Coimbra, Casa do Castelo, 1952, p.25

Silva, Manuel Carlos Ferreira da, Resistir y adaptarse - constreñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal, Universidad de Amsterdam, Amsterdam, 1994, p. 47

várias entre a mobilidade e os estatutos sociais e profissionais ou ocupacionais, tendo em conta as expressões que os/as designam, tais como: capitalistas, proprietários, agricultores, trabalhadores, jornaleiros, e outras que podemos designar por artesãos.

Se através da relação entre o valor da contribuição fiscal e as profissões se pode inferir do grau de riqueza e estatuto social, criando assim uma estrutura social hierárquica, a estratificação ocupacional ou profissional é também medida pela relação entre o poder económico e o prestígio que lhe é atribuído, como indicador de desigualdades, nomeadamente representado na capacidade de elegibilidade para os diversos lugares públicos.

Existe assim uma elevada correlação na construção da estratificação social, entre as profissões, a recompensa económica e o prestígio social, através da qual se pode inferir da relação entre estratificação e mobilidade social.

No percurso temporal estudado, correspondendo, como já dissemos, a profundas alterações de regime político e económico, através das profissões verificamos que houve mobilidade ocupacional como consequência da emigração para o Brasil, visível no retorno, através de diferentes formas de demonstração pública de riqueza, na designação de capitalista e no prestígio adquirido pela dedicação filantrópica às causas "nobres".

A forma como geriram os bens, os projectos de sucessão/herança, como forma de preservação e continuidade do prestígio e estatuto social da família, determinou, nas gerações seguintes, novas ocupações e novas formas de manutenção ou não do prestígio familiar adquirido pelo «Brasileiro, também designado por capitalista".

Esta expressão serve para designar aquele que conseguiu riqueza, só possível no Brasil, e tem fontes de rendimento suficientemente grandes para viver, sem ter qualquer ocupação considerada produtiva. Permite-se viver segundo um padrão não acessível aos restantes membros da comunidade. Esta, considera "ricos os que dão e não os que têm muito", por isso, o "Brasileiro" é sempre um benemérito e um filantropo. Por outro lado adquire o estatuto de burguês porque se permite usufruir, como recompensa, do uso e da disponibilidade do tempo para o ócio e na ocupação de cargos públicas na administração e na política local.

Outra característica do capitalista "Brasileiro" é referir-se e ser referido, nomeadamente na impressa, ter negócios no Brasil e fazer das suas muitas vindas a Portugal ou para o estrangeiro, uma prova da sua vida de ócio.

O nosso estudo refere-se simultaneamente a um território concelhio agrário e à emergência de uma urbe na freguesia de Fafe, tendo em conta as tipologias ocupacionais, as formas de recompensa e o prestígio, que diferenciam os grupos ocupantes desses territórios e o comportamento migratório.

-

Bourdieu, Pierre, citado por Rodrigues, Lorenzo Cachón, Mobilidad Social ou Trayectórias de Clase?, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p.539

Na análise sociológica da estratificação, existem níveis de estrutura distintos e complexos. No entanto, e em termos qualitativos, procuramos dividir a comunidade concelhia em três níveis ou grupos: 1, 2 e 3, face às diferenças económicas, sociais e simbólicas, por forma a facilitar o nosso discurso interpretativo, presentes nas fontes utilizadas, como indicadores de análise: as profissões, a capacidade diferencial de elegibilidade a deputados em 1881, a contribuição fiscal, e, ainda, o surgimento de novas profissões decorrentes da emigração de retorno (capitalistas).

- 1- Os ricos, residentes em casas com tradição aristocrática e senhorial onde se exibem brasões ou portões brasonados, os grandes proprietários lavradores e os capitalistas (burgueses);
- 2 Os remediados ou classe média (pequenos proprietários, agricultores, lavradores, comerciantes, negociantes e vendeiros):
 - 3- Os pobres (caseiros, jornaleiros, artesãos, almocreves e criados de servir ou serviçais).

A estes três grupos correspondem distintas posições na estrutura da hierarquia social da comunidade, porque são diferentes: o grau de riqueza, o prestígio como poder simbólico e a não riqueza, desenhando uma estrutura vertical em pirâmide, mais numerosa na base e fechada no topo, ocupando o topo os do nível - 1, o espaço intermédio os do grupo 2 e, por fim, na base e em maior número, os do grupo -3.

Por outro lado, a esta arquitectura social correspondem distintas estratégias de reprodução social, nomeadamente pelo acesso ao mercado matrimonial no mesmo nível ou grupo, pelas formas de herança de bens ou sucessão na primazia da casa paterna, pelo acesso ao poder político, associáveis ao processo de saída e escolha de destinos de migração e emigração, bem como no retorno e não retorno aos lugares de origem.

Grupo 1:

a)- Os ricos, com tradição aristocrática, ocupam os lugares de destaque nos processos de ritualização social e simbólica, mantendo uma grande distância com a comunidade e possuindo mediadores para gerir as quintas, designados por feitores, que orientam todas as suas práticas de gestão, recebem as rendas, dão indicações aos caseiros e jornaleiros.

A governanta, em acordo com o feitor, procede à gestão de todo o espaço familiar e agrícola, prestando contas desta gestão aos patrões (também designados por senhores), no fim dos ciclos agrícolas.

Nunca se sabe se estão presentes ou ausentes da casa, chegando a passar grandes temporadas fora, em visitas aos parentes ou em Lisboa ou no Porto.

Nunca recebem ninguém à porta, havendo uma criada ou criado que se presta a comunicar a chegada de visitas.

São mediadores de influência em Lisboa e no Porto, onde têm parentes em lugares importantes da administração pública, prestando-se a interceder na administração pelos naturais, cujos pedidos são feitos através do feitor.

A casa de família tem mais importância do que quem a habita, valorizando assim a genealogia. São designados pelo nome da casa.

A vida particular nunca é conhecida dos caseiros, jornaleiros e criados que aparecem por todo o lado e com as mais distintas tarefas, mantendo uma distância formal, quase ostensiva, com a comunidade, não partilhando nenhum dos seus momentos.

Têm capela própria na casa, onde vai o padre, ou têm padre na família para cumprir as obrigações dominicais, fazer os casamentos de família e os baptizados. Reúnem-se frequentemente em família, recebendo os primos de fora.

Os filhos estudam nos colégios do Porto ou Lisboa, seguem carreiras militares ou públicas nas colónias ou na metrópole, independentemente dos regimes políticos.

No século XIX, dividiram-se entre Absolutistas e Liberais e com a República alguns optaram por esta causa, preservando assim o seu estatuto.

Constituem a elite aristocrática tradicional, mantendo, no quadro do liberalismo, a capacidade de elegíveis a deputados.

b) - Os grandes proprietários agrícolas têm uma posição social forte e activa junto da comunidade, aparecendo como os mordomos das festas; são líderes das procissões, pegando ao pálio; fazem os peditórios para a igreja (representados pelos filhos); ocupam os lugares cimeiros durante os momentos do culto na igreja; são sepultados à entrada ou em lugar de destaque no cemitério que mandaram fazer, em pedra lavrada, para a família.

Têm propriedades agrícolas compostas por casa de granito de dimensão notória, montes e gados de grandes porte: sempre mais do que uma junta, que mantêm durante todo o ano e suas crias.

Avaliam as suas propriedades através do gado de grande porte, do milho produzido e do estrume: pelo número de cabeças de gado e pelo número de carros de milho, extrapolam da dimensão da terra arável e, pelos carros de estrume produzidos, conhecem a dimensão dos montes e sua capacidade de fornecimento de matos fertilizantes. Deste modo, exibem o seu poder e prestígio perante os locais e posicionam-se para, no mercado matrimonial, casarem os filhos/as com os do mesmo grupo.

Nenhum dos filhos emigram para actividades sazonais.

Deslocam-se a cavalo, exibindo-se em lugares públicos.

Por questões de prestígio, não têm gado de pequeno porte, sendo este facto indicador, na parte sul do concelho, de condição social inferior.

Matam, todos os anos em Dezembro, um ou mais porcos, conservando a carne em sal durante o ano, exibindo na larga cozinha os enchidos feitos da mesma carne.

Não afirmam a sua condição de poderosos, mas influenciam, quase sempre, as decisões locais, preferindo fazê-lo de forma implícita. Controlam as propriedades, vigiam secretamente os caseiros, forçando-os ao cumprimento de obrigações. Raramente saem, senão por razões sociais, comerciais, ida a banhos, regulando e negociando permanentemente a sua posição de liderança na freguesia e no concelho.

Sentem-se permanentemente ameaçados pelos do mesmo grupo. Protegem a posição da casa, gerindo as opções matrimoniais dos filhos e a herança da casa. De entre eles, optam, preferencialmente, pelo não casamento das filhas e dificultam ou intervêm nas opções matrimoniais dos rapazes.

Definem qual dos filhos vai estudar (normalmente para os seminários - de onde sai o padre que constitui a honra da família), qual deles segue a carreira militar ou se opta pela sua colocação como caixeiro na cidade ou, ainda, se vai para o Brasil com fiança do próprio pai.

Tudo é feito com discrição e algum segredo, o que dá coerência a um comportamento aparentemente alheado e discreto.

Manifestam uma atitude de cumprimento fiel das obrigações formais da religião, ocupam sempre o mesmo lugar na igreja, o qual se distingue por ser o mais visível e proeminente, constituindo uma afirmação territorial hierárquica própria, legítima e com direito a sucessão. Ou seja, um dos filhos varões virá a substituí-lo naquele lugar.

Esperam que o filho retorne rico do Brasil. Se ele não tem sucesso não retorna, fazendo-se constar que está muito rico. Se tem o sucesso esperado, regressa à terra para confirmar as expectativas nele depositadas.

Se ultrapassa as expectativas, muda-se para a vila, para a cidade mais próxima ou para as "capitais": Braga, Porto ou Lisboa; ou então, depois de permanente "vai e torna", instala-se definitivamente no Brasil.

b.1)- Se ele é produto de retorno definitivo do Brasil, a forma primeira de identificação realiza-se na construção da casa, como primeiro indicador da família, das relações sociais simbólicas, das estratégias domésticas pré-estabelecidas e da reprodução e transformação social, como novo efeito colectivamente avaliado.

É o primeiro industrial da terra. Chega casado com uma Brasileira de origem Portuguesa, Italiana ou Austríaca, ou, se vem solteiro, casa com a filha de um proprietário, como reforço simbólico do prestígio alcançado.

Como a sua posição é produto de retorno do Brasil, a casa apresenta os elementos dessa condição: grades de ferro, janelas altas, tem árvores exóticas, vasos, portões altos,

gradeamentos, lagos, caramanchão, azulejos, águas furtadas ou lanternins, tem criadas/os a viver em tempo inteiro na casa e com funções distintas.

Visita as quintas e gosta de acompanhar as tarefas agrícolas dos caseiros. Vai com frequência à vila para falar da política com os amigos, da vida que teve no Brasil e dos bens que ainda lá possui. Frequenta os casinos e clubes que fundou ou ajudou a fundar. Apoia o jornal do seu partido, onde aparece referido sempre que faz qualquer doação de carácter filantrópico, quando chega do Brasil, quando a mulher ou algum dos filhos casa, quando se ausenta da terra para Lisboa, ou vai a banhos.

Na sua casa há livros, algumas revistas sociais e um piano, ainda que ninguém o toque, funcionando como objecto de decoração e valor simbólico. Negoceia publicamente o casamento das filhas, forçando o seu casamento com indivíduo de igual condição. A mulher é uma protectora dos pobres, uma íntima do padre, benemérita da igreja, acompanha as filhas em visitas a amigas da mesma condição, tem primos e primas com quem troca correspondência, acompanha os namoros secretos das filhas, com quem podem não chegar a casar, por decisão dos pais.

Tem ideias políticas arrojadas, fala de viagens de comboio e de barco, mas nunca confessa como ganhou dinheiro no Brasil. Apela à honra e ao trabalho que lhe deu sucesso e nunca é contestado.

Manda construir um mausoléu para a família para onde manda transladar os pais, de que é um devoto e a eles apela como referenciais da sua sorte, posição e conduta.

b.2)-Se se instala na cidade, participa na vereação, é mesário das confrarias, benemérito das instituições, viajante, letrado, capitalista, o que justifica a sua falta de ocupação. Vai ao clube, lê os jornais em lugar público, veste-se de branco, traz um óculo que utiliza em todas as ocasiões, é procurado para dar conselhos, papel em que se insinua e cultiva. É conhecedor dos segredos do sucesso, padrinho dos filhos que tem secretamente. Mantém regularmente uma amante, situação que todos ignoram voluntariamente. Chega a Presidente da Câmara. Faz doações para a igreja, mas diz-se não religioso. Tem os filhos a estudar nos colégios ou em Coimbra. Não há novidade na cidade que não surja pelas suas próprias mãos. Cultiva a inimizade política. No seu túmulo prefere o seu busto ou uma imagem escultórica feminina com ar de uma qualquer santa, aos sinais cristãos.

Tem casa na grande cidade, onde frequenta a ópera e o teatro, frequenta as termas, vai a banhos à Póvoa do Varzim, joga no casino. Aparece reconhecido na toponímia da cidade e após a morte, faz-se perpetuar em retratos a óleo, na galeria dos doadores e beneméritos da Confraria da Misericórdia local.

Em ambos os casos, o sucesso geracional dependeu de vários factores: do poder e grau de prestígio do ascendente, da adequada aplicação de capitais, da forma como foram geridas as

estratégias matrimoniais, a herança e a instrução. Estes factores facilitaram a ocupação de cargos de destaque público na administração, deslocando-se alguns dos descendentes para a grande cidade, reflectindo-se o quadro social e familiar de origem.

O insucesso geracional decorre da má aplicação das economias em acções e propriedades agrícolas, ambas sujeitas às depressões e crises económicas, levando à falência de algumas famílias, e também devido ao empenhamento excessivo na vida político-partidária, sem que viesse a obter resultados desse envolvimento.

O modo como é gerida a memória da família leva a que a comunidade mantenha em reserva a família, respeitando a excelência do passado dos ascendentes, na expectativa de novo momento de sucesso igual aos seus ascendentes, a que todos se referem.

As expressões: "tal pai tal filho" e "quem sai aos seus não degenera", "filho de peixe sabe nadar", reproduzem uma ideia interiorizada pelo colectivo de reprodução de estatutos e da estratificação social, aplicado como sendo de valorização e legitimação dos ricos bem sucedidos e seus descendentes. Mais exigente é com os pobres e socialmente desprestigiados com a expressão: "quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita" e "nunca peças a quem pediu, nem sirvas a quem serviu".

Constituem o grupo dos eleitores e elegíveis a deputados e ao município.

Grupo 2:

Este grupo é composto por proprietários, pequenos agricultores e comerciantes (estes são por vezes donos de pequenas propriedades), definível como grupo intermédio, sociologicamente ambíguo, podendo alguns deles aproximar-se do grupo 1.

Têm casa própria, propriedade de pequena ou média dimensão, que se encontra dividida entre terra de regadio e sequeiro. Conseguem ter uma ou mais juntas de animais de grande portes.

Por vezes, vendem alguns animais no Inverno, por incapacidade de os alimentar. Têm alguns animais de pequeno porte: ovelhas ou cabras e negoceia as crias. Alimenta um porco para alimentar a família no Inverno. O agregado faminiar é composto pelo casal, descendentes directos e um criado.

Colocam os filhos na cidade como caixeiros, suportando as custas desta aprendizagem, donde saem para o Brasil. Constituem a força produtiva da comunidade e parte integrante da sua dinâmica produtiva.

Têm grande capacidade em diversificar a obtenção de rendimentos provenientes de várias fontes, como pequenos negócios e ofícios.

Caracterizam-se como os que mantêm durante o ano um rendimento regular e suficiente para manter a família e cumprir obrigações perante as autoridades civis e religiosas.

Cuidam do bom nome e negoceiam uma posição estável na comunidade.

Não valorizam a instrução, dado que para eles é mais importante a força do trabalho do que o saber. Tiveram todo um percurso no Brasil, em trabalho dependente, sem nunca construírem aí negócio próprio.

No retorno, são frequentadores das feiras e animadores das romarias. Se saíram em família para o Brasil não regressam. Se saem individualmente reforçam a posição familiar, pagam as dívidas, compram pequenas quintas, aumentam a casa mãe, introduzem melhorias na exploração agrícola, adquirem prestígio.

Não se apresentam com tiques vincados do "Brasileiro" rico e urbano, reproduzindo as mesmas vivências do lugar e do tempo de saída.

Constituem, no quadro eleitoral, o grupo dos eleitores não elegíveis a deputados.

Grupo 3:

Neste grupo situam-se os pobres. É composto pelos do grupo anterior que têm dificuldades em cumprir as obrigações referidas, ou não as cumprem com regularidade, gerindo com deficiências o quotidiano, apresentado comportamentos que dificultam a sua capacidade negocial de permanência na mesma quinta como rendeiros ou caseiros. É o grupo dos artesãos, pedreiros, carpinteiros, mineiros e colmadores, às vezes trabalhando numa pequena terra, arrendada e pouco produtiva.

Se são donos de pequenas parcelas de terra, mantêm-se em permanente situação de negociação de dívidas, chegando mesmo a ter de as vender, ocupando, por isso, em pleno, o lugar do fundo.

Aceitam qualquer posição de sobrevivência. São criados de servir, muito dependentes, apresentam fraca mobilidade social e pouca capacidade negocial, dada a fragilidade da sua posição económica. Como criados, vivem em casa dos senhorios a tempo inteiro, permanecendo solteiros na casa ou se casam, fazem-no com outras criadas ou jornaleiras. Podem permanecer na casa ou sair como caseiros para alguma propriedade próxima ou em outras freguesias, negociando a sua juventude no arrendamento.

Na família, existe uma ou duas cabras que alimentam de leite, as crianças.

Saem para o Brasil em família ou protegidos e afiançados pelo patrão da terra se são caseiros. Se têm sucesso no Brasil, na geração seguinte dá-se a regressão social por falta de estratégias: nem sempre investem na instrução dos filhos, negoceiam deficientemente a herança e o casamento, rarefazendo novamente a propriedade acumulada, surgindo os netos na posição de empregados comerciais e domésticas.

Constituem a mão-de-obra que fica disponível, após as colheitas, saindo em Setembro e Outubro para o Alentejo, ou emigram para o Brasil como engajados (contratados), clandestinos, apoiados por algum proprietário ou "Brasileiro" da terra e raramente retornam, senão para rever os pais: «O filho voltou ao Pará; e, ainda que lhe deixasse cabedais bastantes para viver com

folga, ela retomou os seus farrapos, o seu engaço com que removia o tojo podre dos chiqueiros, e em breve estava tão sórdida como antes.» 16

Constituem, no quadro eleitoral, o grupo dos excluídos. Não são eleitores nem elegíveis.

1.3 Itinerários, trajectórias e retorno

O Brasil é o principal itinerário emigratório dos naturais e/ou residentes no concelho de Fafe. Conforme demonstraremos noutra parte de trabalho, estes eram predominantemente muito jovens, o que era condicionado, predominantemente, pela obrigação dos maiores de 14 anos de prestar fiança ao recrutamento, obrigação essa, que condicionava e distinguia os que poderiam dispor de recursos para esse fim e os não disponham dessa possibilidade.

Era a obrigação de prestar serviço militar ou «imposto de sangue» que o povo tinha aversão, ao mesmo tempo que a Lei de 1 de Julho de 1859, art. 7.º e 8.º, permitindo as remissões em dinheiro, fazia com que nem um só rico fosse para o exército, como soldado forçado, recaindo o serviço militar sobre os pobres. O facto da Carta de Lei 17 de Abril de 1873, permitir substituir a remissão por substituição não altera o carácter selectivo do recrutameneto, pelo contrário, o rico continua a não ir para o exército porque pode comprar um homem por tempo determinado e pode ofercer avultada quantia. Porque estavam sujeitos à obrigação militar os maiores de 14 anos, os pais fazem emigrar os filhos antes daquela idade. 17

Também saíam para o Brasil mais os solteiros do que os casados, mais homens do que mulheres.

Sob o ponto de vista do estatuto social os que emigravam dominavam os proprietários, agricultores e jornaleiros, mas migravam para o Alentejo os indivíduos com estatutos sociais mais frágeis, em que predominavam os trabalhadores, jornaleiros, sendo mais os casados do que os solteiros adultos.

«Nasci no dia 15 de Agosto de 1814 e fui baptizado a 17 do dito mês na freguesia de Cepães.

Saí da casa de meus pais para a cidade do Porto em 28 de Maio de 1827 e embarquei para o Rio de Janeiro a 4 de Junho no (...) Invencível. Esse barco foi tomado pelos corsários argentinos nas alturas do Cabo Frio no dia 26 de Julho e no 27 fui e os mais passageiros transbordados para bordo da galera Príncipe Real e nela entramos na barra do Rio de janeiro a 1

e Industrial, 1876, pp.104-109

Faculdade de Direito - Uiversidade de Coimbra, Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso - Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa - Relatório apresentado na Aula de Administração e Direiro Administrativo, Coimbra, Imprensa Comercial

Bessa Luis, Agustina, A Sibila, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, pp.39-40

de Agosto de 1827. Fui nesse mesmo dia para casa do meu primo José António de Castro Leite, estabelecido com loja de couros na rua da Quitanda, nº40; canto da rua do Carmo, para quem levava cartas de recomendação. Ali estive como hóspede até me aparecer colocação.

1ª colocação - caixeiro

A 18 de Outubro de 1827 fui de caixeiro para casa de Francisco José da Silva Braga, estabelecido com casa de secos e molhados na rua do Sabão, nº 195. O Braga vendeu a casa do negócio em 20 de Maio de 1828, a Jorge de Oliveira, porém não o podendo aturar (por ser muito mau) despedi-me em 20 de Março de 1830, saíndo de casa no dia 30.

2ª colocação - caixeiro

Fui para caixeiro de João José da Silva Vieira com armazem de secos e molhados na rua do Rosário, n.º. 98, canto da rua dos Ourives e lá estive ao fim do ano de 1830; porém, não sendo do meu agrado aquele negócio, e tendo ocasião de colocar-me em loja de couros, despedi-me e fiz contas no fim de Dezembro de 1830, recebendo do resto dos meus salários 6\$410 réis. Era esta toda a minha fortuna no fim de 3 anos e 4 meses de sofrimentos e orações no rio de Janeiro.

3ª colocação - caixeiro

Em 1 de Janeiro de 1831 entrei para caixeiro do meu primo João António de Castro Leite com loja de couros na rua da Quitanda, nº.40, canto da rua do Carmo, sendo sócios da mesma, Joaquim José Ribeiro Lima e meu irmão António José Leite Lage, o qual me impôs a condição, quando eu entrei, de não nos tratarmos por irmãos: que eu lhe chamaria o Sr. António e ele a mim Sr. Francisco.

A prisão

No dia 4 de Abril de 1831 de 1831, fui preso, o meu patrão Castro Leite, o sócio Lima e mais cinco vizinhos que estavam a conversar na loja, isto por sermos todos portugueses, e terem dado uma denúncia falsa de que meu patrão mandara vir portugueses de Portugal para armar contra o Brasil.

Estivemos presos na sala do carcereiro até 9 de Abril, e nesse dia, conhecendo o Juiz do crime que a denúncia era falsa, deu-nos ordem de sultura. O carcereiro por nos conservar nas suas salas (para não entrarmos na cadeia) levou-nos 100\$000 réis a cada um. Felismente para mim, esta quantia foi e as mais despesas que me tocaram foram pagas pela loja de negócio, por eu ter sido preso dentro do balcão.

4ª colocação - caixeiro

No fim do ano de 1833, meu primo e patrão João António de Castro Leite vendeu a loja de couros a meu irmão António José Leite Lage. e eu fiquei caixeiro de meu irmão, prometendo de dar-me interesse quando podesse, o que eu supuz no fim de 3 ou 4 anos, mas tive de esperar 9 anos!

Em fins de 1841, foi-me oferecida sociedade em uma loja de couros que queria montar Bernardino de tal, que vinha do Rio Grande do Sul.

Em vista disto, meu irmão não teve remédio, para eu não sair, senão dar-me sociedade há 9 anos prometida.

5ª colocação - 1ª sociedade comercial

Entrei para sócio, interessado na terça parte no 1º de Janeiro de 1842. Entrei com os restos dos meus salários para fundos da sociedade, os quais, tendo eu seguido o sistema de gastar só metade do que ganhava e apesar de todas as minhas economias, da grande sujeição em que viviam e das apoquentações que passei, só tinha podido juntar a quantia de 1.205\$550 réis moeda fraca, isto no fim de catorze anos de caixeiro.

Tendo falecido meu pai em 2 de Maio de 1842, meu irmão António resolveu vir a Portugal. Como eu tinha de ficar com todos os encargos do negócio combinamos eu ficar interessado em metade dos lucros e perdas. Isto principiara em 1 de Janeiro de 1843.

Meu irmão demorou-se em Portugal 3 anos, voltando em 1846. Conservamos a sociedade até ao fim de 1849.

Fui sócio com meu irmão António 7 anos.

Empresário comercial

No fim do ano de 1849 comprei-lhe a loja de couros sem abatimento algum nem em dívidas nem em fazendas, dando-lhe tudo quanto ele quis, que foram 12 apólices da dívida pública do Império do Brasil.

No 1º de Janeiro de 1850 comecei o negócio por minha conta e com a ajuda de Deus e a protecção do meu amigo e primo Fortunato que me emprestou o dinheiro que eu precisava para comprar as (12) doze apólices que tinha de dar a meu irmão e também o dinheiro necessário para as minhas transações comerciais.

Foi com a protecção deste meu verdadeiro amigo e com a ajuda de Deus, que me deu saúde e intelegência para dirigir os meus negócios que adquiri o que adquiri o que hoje possuo, e de cujos rendimentos me sustento e a minha família, seguindo sempre o meu bom sistema que adoptei quando era caixeiro de só gastar metade dos meus rendimentos, capitalizando a outra metade em benefício de meus filhos e da minha mulher e mais herdeiros.

Em 1853 faleceu a Sr. D.ª Leonor de Oliveira Mascarenhas, dona do prédio da Rua da Quintana, nº.40, em cujo prédio existia a minha loja de couros. Em testamento deixou metade desse prédio ao P. David S. Oliveira Mascarenhas e a outra metade ao Dr. João Torcato Mascarenhas.

Comprei a metade pertencente ao P. David Mascarenhas em 31 de Agosto de 1857.

Em 8 de Outubro de 1857 comprei a outra metade do prédio ao Dr. Oliveira Mascarenhas. O preço por que comprei consta no Copiador de Cartas e Lembranças fl.12.

Comprei-o assim porque estava em risco de ser demolido para alargamento da rua. A desapropriação era por menos 12 contos, como felizmente não se realisou, por se ter dissolvido a Companhia Edificadora, posso dizer que o prédio agora vale o dobro do que me custou.» ¹⁸

O retorno dos "Brasileiros" constitui um fenómeno social complexo, onde estão presentes duas realidades distintas da mesma personagem: a que saiu, tendo em conta a realidade pessoal e social e a que regressou, procurando novas relações e posicionamentos, face aos lugares sociais de retorno.

Tomemos como exemplo, a presença do brasileiro Seabra, em «A Morgadinha dos Canaviais». Na aldeia, todos o reconhecem como rico e proprietário da mais bela casa da região. Não é recebido, na aldeia, com simpatia e os dotes intelectuais das filhas são pouco reconhecidos. Também neste romance, surge uma personagem e uma família socialmente depreciada, onde o novo rico "Brasileiro", pela representação simbólica da sua própria personagem, se confronta com os detentores de poder e autoridade local, questionando estatutos e posições sociais, nomeadamente ao procurar derrotar nas urnas os "inimigos" políticos, necessários à confirmação de uma posição social correspondente ao poder económico adquirido.

«Saíra criança da aldeia e fora tentar a fortuna ao Brasil. Por lá esteve quarenta anos, e voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriquecera não sei, e ninguém na terra o sabia».

Quando chega, veste-se de modo notório, no entanto, quando se compara com o conselheiro que era «da mesma criação» e que fora para Lisboa, diz:

«-Eu sim - respondeu com toda a modéstia de brasileiro. A que cheguei eu? Comi candeias acesas pelo Brasil, para arranjar um bocado de pão para o resto da vida; com isso me contento. O mais, sou um pobre-diabo, que ninguém conhece, um homem ignorante, sem princípios. Ele é outra coisa.».²⁰

Mas logo assume o confronto, testemunhado pelos presentes, na discussão de taberna e na presença dos lavradores e do padre:

²⁰ Idem, pp.138-139

_

Relato auto-biográfico do "Brasileiro" Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericóridia - Fafe

¹⁹ Dinis, Júlio, A Morgadinha dos Canaviais, Porto, Livraria civilização, 1983, p.137

«Eu não quero dizer que ele seja uma grande coisa por aí além ... sim ... Que diabo tem ele feito afinal? ...[...] Não é homem de grandes talentos ... isso não».²¹

O conselheiro representa a tradição legitimada e o Seabra deseja substitui-lo no peso e influência que ele detém na aldeia.

Esta pretensão informante da mobilidade social, traduzida pela ascensão económica é necessariamente conflitual e simbólica e pressupõe a existência de grupos.

Dahrendorf procurou duplamente «explicar a formação dos grupos de conflito e revelar a acção por intermédio da qual esses grupos provocam mudanças de estrutura no sistema social»²²

A chegada do "Brasileiro" rico revela o surgimento de conflitos de acesso aos lugares de liderança e poder simbólico, entre os que tradicionalmente detêm a autoridade local e os que, enriquecendo no Brasil, desejam um novo estatuto pessoal.

O processo de legitimação do mérito para aceder na escala social, leva-o às eleições, vindo a negociar posteriormente essa pretensão.

A sociedade não escapa à regra do conflito inerente à natureza dos seres vivos, pelo que existem factores que dão permanência aos conflitos em qualquer sociedade. Em segundo lugar, os conflitos sociais opõem dois grupos com interesses distintos (a oposição entre aqueles que têm interesse em que se mantenha e perpetue uma situação de que beneficiam e aqueles que têm interesse em que uma situação mude). Em terceiro lugar, o conflito é o motor principal da história. Por último, existem factores estruturais de mudança social que se podem entender como: exógenos, quando intervêm do exterior do sistema social (meio físico, clima, difusão das técnicas e conhecimentos, estudados pelos antropólogos) e os endógenos, sendo a mudança engendrada no interior do próprio sistema, do seu funcionamento e da sua estrutura.²³

«As ambições de Eusébio Seabra limitavam-se a vir a ser a primeira personagem de influência na aldeia. Para isso principiou por fazer alguns reparos na igreja paroquial, presenteou com vestidos novos todos os santos dos altares e mandou renovar um sino, que havia doze anos tocava a rachado. Fez, à sua custa a festa do orago, chegando a mandar vir fogo preso da cidade e um aeróstato que ardeu a pouca altura do chão. Apesar de todos estes benefícios à localidade, o conselheiro Manuel Berardo, pai da morgadinha, conquanto vivesse quase sempre em Lisboa, continuava a fazer-lhe sombra e a contrastar-lhe as ambiciosas vistas. Por isso, apesar da aparente amizade com que Seabra o acolhia e lisonjeava até, conservava por ele no fundo uma má vontade, um ciúme, de que eram de recear, tarde ou cedo, explosões»²⁴.

-

²¹ Idem, p.139

Rocher, Guy, Sociologia Geral, vol.4, Lisboa, Presença, 1971, p.235

²³ Idem, pp.236.237

²⁴ Diniz, Júlio, A Morgadinha dos Canaviais, Porto, Livraria civilização, 1983, p.137

A presença do "brasileiro" com ambições e o confronto com Manuel Berardo, representam, o primeiro o aparecimento de uma classe de endinheirados no século XIX, interessados em ocupar o lugar da autoridade e o segundo, os que tradicionalmente detêm o poder e desejam manter o statu quo.

A literatura oferece-nos uma personagem com idade entre os quarenta e cinquenta anos, vestindo de um modo não comum e surpreendente que manda construir uma casa cuja tipologia ofende a imagem da casa rural e viaja pelo mundo: «viera respirar um pouco à velha Europa. Estivera em Constantinopla, na Terra Santa, em Roma. O último ano passara-o em Paris.».

É o capitalista e burguês, «que resulta do seu recurso a padrões económicos como meio da sua própria condição. A natureza instável dos meios de definição entra em conflito com a necessidade de perpetuar a pertença ao grupo. Daí que, ao nível individual, o burguês esteja permanentemente ameaçado pela possibilidade de redefinição e ao nível do grupo, a burguesia esteja constantemente aberta a novos candidatos. [...]. Consequentemente, origina-se uma posição de amor/ódio perante as camadas sociais no seio das quais a sociedade burguesa procura autenticidade».²⁶

A conflitualidade e legitimação inerente aos processos de ascensão e mobilidade, num período de transformações ideológicas surge, assim com alguma relevância. A aristocracia terratenente tem como mediadores de interesse romancistas como Júlio Dinis e Camilo, representando os que são predominantemente rurais, em oposição a todos os que se chegam com dinheiro e outros símbolos de poder e influência e constituem um perigo para os tinham como único processo de legitimação a origem familiar aristocrática.

À falta de uma burguesia portuguesa no século XIX, os "Brasileiros", vêm pré-figurá-la, realçando ou exagerando alguns dos aspectos tipificadores, sendo conflitual a sua afirmação, por falta de autenticidade, dada a sua origem rústica e genealogicamente não identificada.

No entanto, no quadro local, o chegada do "Brasileiro", constitui um processo de identificação e transformação, pois sendo muitos, apenas os seguidores de seus pais e avós, pré-justificando legitimidades antigas, como filhos de proprietários locais é que em Fafe criaram um mundo burguês «com um certo número de produtos culturais de significado ideológico central»²⁷ de que resulta, em Fafe, o Passeio Público, a Casa urbana, o Teatro, o Clube, a Fábrica do "Brasileiro", o Hospital e a Irmandade de São José, Escolas, os Asilos de Santo António e da Infância Desvalida.

A cidade, como símbolo de urbanidade burguesa e de representação de um estatuto económico e social, produz a rejeição da vida do campo e do que significa ruralidade: «O filho mais velho de Narcisa Soqueira - ela tinha dum segundo casamento uma enteada e um outro

Pina-Cabral, João de, Contextos da Antropologia, Difel, Lisboa, 1991, p.19

-

²⁵ Queirós, Eça de Queirós, O Primo Basílio, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1878, p.62

filho - voltara do Brasil, rico, com faíscas de brilhantes a despedirem dos dedos e das abotoaduras todas, com zaragatices de bordados nos coletes, muito pacha, querendo café - moca, dizia - ao dejejum e fazendo olhos redondos para as coisas do campo».²⁸

A cidade de Lisboa e Porto são para os "Brasileiros" as referências de uma nova existência social e simbólica, a qual lhe oferece o estatuto social correspondente a uma nova vivência económica. Estes instalam-se nestas cidades, onde permanecem durante longas temporadas, depois de terem deixado a sua terra marcada com a construção de uma casa:

«No dia 28 de Setembro de 1861 começaram as pedreiras a quebrar pedra para as obras da casa da Lage. No dia 25 de Outubro fui para o Porto e de lá para Lisboa passar o Inverno, deixando meu irmão José encarregado de pagar aos pedreiros todas as semanas.

No dia 5 de Novembro saí do Porto para Lisboa na mala-posta às 7 horas da noite. [...] Passei em Lisboa todo o Inverno e no dia 9 de Abril voltei para o Porto onde me demorei até 19, Sábado de Aleluia e nesse dia segui com meu primo Costa Leite para Guimarães e de lá para Cepães onde chegamos de tarde, passando a Páscoa com a família.

No dia 21 de Abril de 1862 mandei abrir os alicerces para acentar a pedra que estava pronta.

Ainda fui para Lisboa os invernos de 1862 e 63, enquanto os pedreiros iam aprontando a pedra para as minhas obras, as quais, em 1866, no fim de 5 anos, isto as do Norte, pois mais tarde também mandei fazer as do lado Sul, ou da Igreja, para reserva das minhas irmãs, e casas para o caseiro, alpendre e eira, que levaram 2 anos a fazer, começando em 1868 e terminando em 1870.»

Assim surge Fafe como urbe, muito mais simbólica que real, cheia de burgueses rurais e de capitalistas ausentes, que cresce com a borracha e acompanha a sua crise com falências, suicídios e regressões. Cresce e pára, conforme a bolsa, e a importação de capitais do Brasil, aparentemente com tranquilidade. Reflecte, a cada momento, o estado da economia brasileira e as crises mundiais.

Por outro lado, segundo Lorenzo Cachón Rodrigues, a «sociologia das trajectórias sociais está estreitamente relacionada com as estratégias de conversão/reprodução». Este autor, citando Bourdieu, define as estratégias como «um conjunto de práticas fenomenicamente muito diferentes pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente ou conscientemente, a conservar ou aumentar o seu património e, correlativamente, a manter ou melhorar a sua

^-

⁷ Idem, p. 21

Bessa Luis, Agostina, A Sibila, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, p.37

Relato auto-biográfico do "Brasileiro" Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericóridia - Fafe

posição na estrutura das relações de classe, constituem um sistema que, sendo produto de um mesmo princípio unificador e gerador, funciona e se transforma enquanto tal »31

«Fazia nesse dia [31 de Agosto de 1857] 30 anos e 30 dias que eu tinha chegado a essa mesma loja com uma carta de recomendação para o dono dela que era meu primo João António de Castro Leite, com um cruzado novo na algibeira e com uma pequena trouxa de roupa, pois a caixa tinha ficado no navio tomado pelos corsários argentinos em 1827. Mal eu pensava, nesse tempo que aquela loja de couros e o prédio onde ela estava seria tudo meu.

Este prédio dá-me o rendimento suficiente para eu viver decentemente o resto da minha vida. Assim são as coisas deste mundo! Só Deus é grande!»32

Propusemo-nos neste trabalho a um desafio inspirado nas teses de Carlos Silva e Jorge Alves, conceber uma articulação entre - estratégias, itinerários e trajectórias sociais- na busca de um sistema ou modelo que integre relações inter e intra-familiares nas quais decorrem as estratégias camponesas de reprodução e transformação: o casamento, a herança e as migrações e sua articulação com as trajectórias de retorno ou não retorno.

As estratégias, os itinerários e as trajectórias, são distintas em cada um dos grupos sociais, representando-se em diferentes percursos e formas de mobilidade social: ascendente de retorno, ascendentes/descendentes ou falsamente ascendentes e não retorno, observadas e sentidas directa e indirectamente no grupo doméstico de origem, provocando o seu reforço e a transformando o papel social da família e geração seguinte.

As trajectórias ascendentes de retorno, correspondem ao regresso do emigrante ao lugar de origem, depois de muitos anos de ausência, à construção de uma casa avantajada, à demonstração de comportamentos sociais manifestados no vestuário, na fala, na frequência de lugares públicos, na filantropia, nos valores e discursos e outras formas de demonstração simbólica de "superioridade" perante os locais, vizinhos ou parentes, num permanente confronto entre o "mundo que conheceu e o lugar de origem que nunca muda."

Leite Lage surge como exemplo ao dizer:

«Este prédio dá-me o rendimento suficiente para eu viver decentemente o resto da minha vida [...]. No ano de 1858 vim a Portugal visitar a minha família, e também para ver se cá lograva boa saúde, e se me convinha ficar cá definitivamente.

Deixei a loja entregue ao meu caixeiro José António Ferreira Souto, a quem dei interesse em metade dos lucros.

Rodrigues, Lorenzo Cachón, Mobilidad Social ou Trayectórias de Clase?, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p.543

¹dem, ibidem.

Relato auto-biográfico do "Brasileiro" Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericóridia - Fafe

Em 1859 voltei para o Rio de Janeiro com tensão de vender a loja e fixar residência em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 1860 liquidei todas as minhas contas com os credores e vendi a minha loja ao meu sócio José da Costa Ferreira Souto, que depois dos abatimentos que lhe fiz nas dívidas de alguns fregueses e nas fazendas me ficou a dever 9.600\$000 réis de cuja quantia ele passou e aceitou 16 letras de 600\$000 réis, cada uma, a vencerem cada mês (que ele pagou pontualmente nos seus vencimentos, tendo por isso liquidado contas com ele.

Em 1861, depois de liquidados todos os meus negócios, entreguei a meu primo Fortunato J. L. uma procuração de receber os aluguéis do meu prédio, e as letras quando se fossem vencendo, e vim para Portugal na companhia de meu primo e ex-patrão João A. de Castro Leite e A. G. Oliveira Guimarães.

Embarcamos no vapor francês Navarre a 25 de Março e chegamos a Lisboa 15 de Abril. Estivemos no Lagareto 8 dias e desembarcamos no Terreiro do Paço a 22 de Abril.»³³.

Esta trajectória podem ser, inicialmente ascendente, dado o percurso observado nas gerações seguintes em regressões a posições sociais anteriores ao momento de partida: trajectórias ascendentes/descendentes e a falsa ascendência.

As trajectórias de não retorno encontram como explicação a saída de toda família completa (pais, filhos e até criados), a não existência de vínculos sociais à comunidade, mobilizadoras do retorno e a não resposta às expectativas da família ou ultrapassagem das expectativas da família e do meio.

São princípios para o modelo, as considerações teóricas anteriores e o pressuposto da existência de níveis sociais distintos, existir uma dinâmica de substituição, reprodução e transformação nas comunidades, feita por gerações, através de estratégias de casamento, sucessão e migrações, com funcionamentos distintos nos diversos níveis sociais e com consequências na transformação económica e social local.

Jorge Alves refere a importância de que se revestem os estudos sobre «a problemática da família na emigração, quer como foco de atenção na origem, quer nos processos de adaptação e consolidação nas áreas de recepção, bem como nos seus processos de reorganização face à condição migrante».³⁴

Tentaremos trazer novos dados sobre as famílias identificadas em «Fafe dos "Brasileiros"...», outras evidências e novas amplitudes ao conhecimento do que foi a emigração no concelho e naturalmente no país, demonstrando que a migração interna, funcionou, em primeiro lugar, como estratégia de sobrevivência e complemento económico sazonal aos grupos sociais dependentes. Tentaremos demonstrar que a emigração para o Brasil, teve como

_

³³ Idem, ibidem

consequência, em tempo de retorno, a reprodução de estatutos e posições económicas e sociais das famílias, permitindo reocupar, manter ou reforçar, os estatutos que a família ocupava na escala da hierarquia da comunidade e que eles mesmos procuram transmitir aos descendentes, no quadro das exigências de transformação ideológica, económica, sociais e culturais do período Liberal e da República.

O cumprimento deste objectivo, implicitamente imposto pela família e pela comunidade, veio a designar-se por retorno de sucesso e apresentou vários aspectos: retorno definitivo para a freguesia de origem; instalação por transferência de domicílio para a cidade de Fafe; instalação em cidades mais importantes (Lisboa e Porto); o não retorno do Brasil.

Razões de natureza interna e própria de cada família, ligadas às estratégias familiares, que enquadra estratégias sucessórias e de casamento, bem como o que de decisório ficou para o actor social, influenciam os diferentes itinerários e formas de retorno dos emigrantes.

Aílton Barcelos Fernandes, nascido em 29/11/1947, no Rio de Janeiro é filho de Arthur da Silva Fernandes, nascido em 31/12/1912, lugar de Moinhos, freguesia de Travassós e falecido, no Rio de Janeiro, em 22/10/1981 e de Amélia Maria de Barcellos Fernandes, nascida em Quissamã, Rio de Janeiro, em 21/10/1917. Arthur emigrou com 12 anos de idade para o Rio de Janeiro, tal como os irmãos Inácio que emigrou em 19/12/1923, com 21 anos de idade (d.n 7/03/1902); Arlindo que faleceu em São Paulo; António que faleceu solteiro no Brasil; Manuel, nascido em 1/01/1916, que emigrou para o Brasil em 5/5/1929, regressando definitivamente em 7/12/1935 por motivo de doença.

É neto de José Maria Fernandes, nascido em 8/06/1856, proprietário no mesmo lugar dos Moinhos e de Maria Laura de Jesus e Silva Fernandes, nascida em 1870, proprietária, natural de Freitas. É bisneto de José Luís Fernandes, nascido em 24/10/1823 e de Maria Joaquina Lopes Vieira, a qual, segundo informações da família, casou contra vontade do pai, José Lopes e Maria José Vieira, e sobre ameaça, sendo já mãe na altura do seu casamento.

O seu bisavô, José Luís Fernandes, descendia de José António Fernandes, filho de António Fernandes, natural do lugar dos Moinhos, Travassós e de Maria Custódia de Oliveira, filha de Domingos de Oliveira e de Benta Maria Peixoto, do lugar dos Moínhos, Travassós.

Nos seus ascendentes encontra-se o Comendador António Joaquim Vieira (Montenegro), falecido em Lisboa, beneficiando em testamento com avultadas verbas o Hospital de São José e da Misericórdia, tendo sido o fundador da Escola de Travassós.

Aílton Barcelos Fernandes é licenciado e graduado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi professor de Psicologia Organizacional e de Psicologia Industrial da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi professor da PUC - RJ - Pontifícia

Alves, Jorge Fernandes, Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto, Ed. Autor, 1994, p.20

Universidade católica do Rio de Janeiro. É Administrador de Empresas, tendo sido Executivo da Shell, Vice-Presidente da SHARP - Coorperação Electroelectrónica Japonesa e Vice - Presidente da CICA, Indústria de Conservas Alimentares. É Empresário do ramo de Prestação de Serviços e 1º Presidente do Brasilconsult Participações, empresa de consultadoria de Gestão e Negócios. Foi Vice-Ministro da Indústria, Comércio e Turismo do Brasil - MICT, várias vezes Ministro interino deste Ministério. É Vice- Ministro da Agricultura e do Abastecimento do Brasil, desde 01/01/1995. Recebeu o mais alta Galardão e distinção brasileiro, ao ser condecorado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, com a Insígnia da Ordem de Rio Branco na Classe de Grande Oficial.

O seu bisavô José Luís Fernandes, nascido em 24/10/1823, era, em 1880, referido no livro de registo das contribuições como proprietário agrícola no Lugar de Moinhos, freguesia de Travassós e senhor dos moinhos, azenha de linho e Lagar de Azeite. Pagava, 3\$700 reís de décima, de contribuição predial para o Estado e 1\$227 réis de contribuição municipal e expostos. Pagava, ainda, 4\$380 reís de décima de contribuição Industrial para o Estado e 1\$453 réis de Contribuição municipal e expostos. Somava a colecta da décima predial e industrial 10\$760, pelo que auferia tinham um rendimento calculado de 100\$769 réis, provenientes da propriedade agrícola e da actividade Industrial.

Dado que se exigia, no Art^o 5º, ponto I, do Decreto Lei de 30 de Setembro de 1852, que para se ser eleitor era necessário «ter renda líquida anual 100\$000 réis provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria ou emprego inamovível», este Fafense, aparece no recenseamento dos eleitoral e elegíveis do concelho de 1881, como eleitor não elegível, tendo nessa data 58 anos de idade.

Procurando enquadrar este proprietário na estrutura sócio-económica para o ano de 1881 e tendo em conta que o Concelho de Fafe tinha 25600 habitantes, sendo 12143 os indivíduos activos, destes; 437 (4%), eram proprietários elegíveis; 1600 (13%) - eram proprietários eleitores; 2570 (21%) eram agricultores, artesãos, jornaleiros, e outros elegíveis; 7536 (62%), eram cabaneiros (pobres), jornaleiros, serviçais, criados de servir (etc.) que estavam excluídos do rol eleitoral e, consequentemente, do exercício político eleitoral.

José Luís Fernandes, ao aparecer integrado no grupo dos 1600 proprietários eleitores (13%) atrás referido, integrava a elite dos proprietários rurais, logo a seguir aos 4% da elite dos proprietários elegíveis, ou seja os que tinham pagavam mais de 40\$000 réis de décima.

Na perspectiva do estatuto social, estamos perante um Fafense situado nos patamares superiores da escala social local.

Por outro lado, o peso social da família dentro da freguesia de origem ou mesmo a sua importância simbólica num território mais vasto, por exemplo o espaço concelhio, constituem características ocultas do processo decisório, decorrentes de relações e vínculos preexistentes,

que não delimitáveis na origem temporal, funcionam também como factores determinantes para os diferentes tipo de retorno.

Apresentamos o testemunho de [Palmira 1952:21]:

«para o chefe da família nada há que explique ou justifique o afastamento dos filhos, até mesmo quando pensam em formar um lar. O rincão onde pela primeira vez viram a luz, se lhes serviu de berço, de tumba há-de servir-lhes também.

Um dos guias que me acompanhou pelas freguesias de Moreira, Ribeiros e Estorãos, rapaz natural de Várzea Cova ansiava por se libertar da tutela paterna, não que não sentisse pelo pai ternura e dedicação, mas precisamente por ser vítima do entusiasmo quase fanático de seu pai pela vida agrícola. O pobre rapaz, embora de maior idade, vivia acorrentado à actividade rural.»

Se a cada emigrante, no momento da partida, corresponde um indivíduo diferente na escala social, económica e simbólica, no momento de retorno à comunidade, espera-se que corresponda a expectativas distintas, conforme a posição que ele e a família ocupam na hierarquia.

A uns exige-se a reconfirmação ou reforço positivo do lugar ocupado, pelo grupo doméstico de pertença, nas posições superiores da comunidade. Não são grandes as expectativas da comunidade perante a saída dos que ocupam as hierarquias inferior: agricultores pobres, jornaleiros, artesãos, filhos de pequenos agricultores ou rendeiros, expostos, filhos ilegítimos de mães jornaleiras ou mulheres. Pelo contrário o seu regresso com instalação definitiva, poderá constituir-se como presença perturbadora dos equilíbrios sociais e simbólicos ancestrais, negociados e geridos permanentemente pela comunidade com cautelas de legitimação colectiva. «Apesar de todos estes benefícios à localidade, o conselheiro Manuel Berardo, [...] conquanto vivesse quase sempre em Lisboa, continuava a fazer-lhe sombra e a contratar-lhe as ambiciosas vistas. Por isso, apesar da aparente amizade com que Seabra o acolhia e lisonjeava até, conservava por ele no fundo uma má vontade, um ciúme, de que eram de recear, tarde ou cedo, explosões³⁵

Os "Brasileiros", sempre foram recebidos com estima pelos conterrâneos em tempo de retorno: «o seu bastardo, filho de Isidra, era recebido com honras, numa aliança grave, profunda, ao facho patriarcal que continuava a velar as gerações que se desdobravam.»³⁶

Porém, o mesmo emigrante foi visto com receio e desdém pela aristocracia e pela burguesia nacional, dado que esta nova figura, não reconhecida, punha em causa as classes e os lugares que integravam, nomeadamente quando o Estado lhes vendia títulos nobiliárquicos.

No caso dos que procuram a freguesia onde nasceram para se fixarem no retorno, estes ou são solteiros, o que se transforma num recurso acrescido, divisível, apetecido e

Dinis, Júlio, A morgadinha dos Canaviais, Lisboa, Livraria Civilização, 1983, p.137

³⁶ Bessa Luis, Agostina, A Sibila, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, p. 39

consequentemente não conflitual, ou, sendo casado com filhos, está-lhe previamente destinado um lugar social que a mulher defendeu na sua ausência e preservou em nome da descendência.

Tanto num caso como noutro, quando a sua fortuna ultrapassar o que lhe era supostamente exigido, ele vai instalar-se na cidade onde morre. Se é solteiro, faz testamento, elegendo como beneficiários as crianças, os doentes e os inválidos da sua terra natal, criando ou doando para hospitais, asilos e escolas. Se é casado, faz doações ao longo da vida, envolvendo nesses actos filantrópicos as próprias mulheres.

No caso dos que estão sujeitos a expectativas sociais mais apertadas e a condicionalismos familiares mais exigentes, nomeadamente quando ao emigrante está destinado a ocupação de posições superiores dentro da comunidade local, no retorno, e se ele não corresponder, opta pelo não retorno ou pelo suicídio.

Não entendemos que o retorno seja visto como mero discurso prático de emigrantes ricos, nem como fragilidade ou incapacidade dos que obtiveram menor sucesso económico, nem tão pouco associamos "o mito do retorno e da fortuna" como já defendemos noutro trabalho.

Pensamos agora que o não retorno corresponde, não só ao trajecto pessoal do emigrante no Brasil, mas também está condicionado pelo tempo histórico em que decorreu a construção do projecto de emigração, associado, na época, à posse de negócio próprio - "estar estabelecido no Brasil", e ainda, tendo como medida as expectativas, atributos e lugares simbólicos que a família previamente lhe estabelece para o retorno.

No quadro das trajectória geracionais, a mobilidade social insere-se no processo emigratório, o qual pertence ao domínio da interpretação das estruturas e das conjunturas económicas, ao mesmo tempo que se arquitecta nos quadros de análise social, territorial, temporal e simbólica e de reprodução social.

Como acto cultural inscreve-se no domínio do imaterial e da memória histórica, explicita-se na utilização de uma língua comum de Estados e Nações distintas e, através dela, milhões de povos espalhados pelo mundo a abraçam num complexo de síntese unificador de identidades e diferenças várias de centralidade e afirmação da cultura: a construção de uma colónia e da demarcação das suas fronteiras; o sonho mítico do ouro; os intercâmbios comerciais; a capital provisória de um Portugal invadido; a sua independência dolorosamente feita Nação gémea por filhos de Portugal; o mergulhar na torrente de emigrantes carregados de memórias e de sonhos que se teceram; das esperanças e dores de provisórias ou definitivas ausências; no desejo de reproduzir estatutos sociais e o que de individual e particular não se explica no quadro das conjunturas e das estruturas.

Podemos considerar neste último o caso de Afonso Augusto Moreira Pena, nascido em 30 de Novembro de 1848, Licenciado em Ciências Jurídico- Sociais; Deputado Provincial; Deputado Geral; Ministro da Guerra; Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, Ministro do Interior e da Justiça; Vice-Presidente da República e sexto Presidente da República do Brasil.

Este ilustre "brasileiro" era filho de Domingos José Teixeira Pena, natural de Ribeira de Pena e de D. Ana Aurora Moreira, filha de José Gonçalves Moreira, natural de Moreira de Rei, concelho de Fafe e de D.Ana Ferreira dos Santos, natural da então Vila de Santa Bárbara, província de Minas Gerais.

A emigração para o Brasil é, ainda, o lugar mítico dos encontros "dos que riem com lágrimas nos olhos", dos regressos feitos pelos caminhos da memória e das veredas percorridas nas emoções ampliadas por ausências demoradas. É o regresso aos lugares ampliados na infância para a dimensão do sonho e mantidos no imaginário daqueles que saíram ainda crianças. É transmitir, como herança, o sonho que gerou desejos de regressos e reencontros acontecidos.

Mais do que uma terra, o Brasil é uma configuração da História e da identidade compreendida no que foi o processo colonial e da construção das estruturas básicas da administração feita pela aristocracia nacional, da dinâmica emigratório de filhos de elites de proprietários, de agricultores, de artesãos, jornaleiros; de homens e mulheres, de crianças e de famílias inteiras, dos que saíram legal ou clandestinamente, bem como dos que em tempo de retorno, marcaram a fisionomia e a vida desta cidade, e de outras do Norte de Portugal, quer como industriais, comerciantes e filantropos.

É mais difícil identificar e estudar os que regressaram para posições relativamente pouco superiores às ocupadas pelo família, aquando da saída, acabando por haver manutenção do mesmo lugar na comunidade rural e regressão social dos descendentes.

Outras trajectórias de retorno ascendente, faz-se pela ocupação das posições de poder económico, social e até político, dos que se instalaram nas cidades e que preservaram e reproduziram os seus papéis e lugares sociais, através de estratégias de herança, casamento, instrução, e de instalação em lugares fisicamente próximos do poder económico e político (Porto e Lisboa).

O não retorno reflecte várias situações: por um lado, corresponde ao insucesso não penalizado, dado que pouco se lhes pedia; ao insucesso penalizado, que tem como referência os que se suicidam; os que não voltam a dar notícia e deles os outros dizem estar bem e rico (de quem e de cuja condição apenas secretamente se fala); os que voluntariamente desaparecem por falta de vínculos de parentesco à terra de origem; os que levaram as famílias; os que atingiram sucesso sobre dimensionado; os que, por herança, viram ocupado, por irmão/ã, a casa de origem;

Podemos concluir, numa visão estruturalista, subscrevendo Carlos Silva, que «as migrações constituem simultaneamente respostas estratégicas à imperiosa necessidade de reprodução, reestruturação, reconversão, incluindo o abandono temporário, conforme o diferente grau de controlo sobre recursos, dimensões e estratégias dos respectivos grupos domésticos». 37

-

Silva, Manuel Carlos Ferreira da, Resistir y adaptarse - constreñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal, Universidad de Amsterdam, 1994, p.57

No que se refere ao abandono temporário, entendido no quadro das migrações regionais e sazonais, em todo o quadro analítico proposto, entendemos que este tem como função a utilização e valorização económica da mão-de-obra disponibilizada, no Outono e Inverno, pela pausa dos trabalhos agrícolas locais.

Importa entender e distinguir as migrações, no que elas têm de particular, quer vistas sob o ponto de vista do quadro doméstico de origem, quer nas diferentes motivações e exigências dos contextos de representação social e simbólica da família, valorizando-se assim a perspectiva analítica das intenções do retorno e a sua concretização, por nós enunciado no título escolhido: «emigrantes e "Brasileiros"». Podemos concluir que, os que saem com destino interno e sazonal são trabalhadores. São emigrantes os que saem para o exterior, nomeadamente o "Brasileiros", que no tempo de "Vai e Torna" ou em retorno definitivo, reocupam os mesmos lugares simbólicos dos seus ascendentes, representados em novos objectos, discursos e símbolos, que o século XIX e XX produziu e fez introduzir no quotidiano.

Emigrante é, como facilmente se conclui através do significante, aquele que sai de um lugar para outro à procura de trabalho e pelo significado, aquele que procura fortuna noutro lugar, visível no retorno pelas formas exteriores e públicas que apresenta.

Assim, é nas opções de retorno ou não retorno que as migrações ganham a dimensão estratégica de reprodução, reestruturação e reconversão social dentro dos grupos domésticos e da comunidade de origem, problematizando o fenómeno migratório, como merecendo um tratamento específico «encarado não tanto a partir das necessidades e (des)ajustes do sistema dominante nos países de acolhimento, 'sinon más bien de las causas del contingente migratório' no país de origem e em especial contexto social [...], assim como das estratégias e trajectórias dos respectivos grupos domésticos». Por outro lado, importa equacionar as formas de explicitação do retorno, quer no que elas têm de materialidade real e imaterialidade cultural e social, conjugando-as com o grupo doméstico de origem e os indicadoras das amplitudes estratégicas dos respectivos grupos.

A emigração para o Brasil, tem vindo a ser entendida no modelo de sucesso do retorno, sem que se tenha analisado aquele, no que ele tem de relativo, particular e individual, nem tanto pouco, no que foi a regressão social ou passagem de uma posição de sucesso duma geração, para uma inferior, na geração seguinte, tendo em conta as estratégias de herança, casamento, número de filhos, instrução, como formas de gestão do sucesso adquirido.

Como estratégia de sucesso, incluímos, não só as formas exteriores e directas que o retorno ostentou no imediato, mas também, o surgimento posterior de elites burguesas, económicas e intelectuais, visível na eficiência como foram utilizadas as estratégias referidas, adquirindo o processo uma dimensão histórica ao traduzir-se num leque de relações no tempo e no espaço. É na trajectória dos descendentes que se pode analisar o sucesso ou a regressão

³⁸ Idem, p.303

social, face à capacidade ou incapacidade manifestada no local de origem. O sucesso manifestou-se nos grupos domésticos onde se verificou, redução do número de filhos, estratégias de herança pelo celibato definitivo dos irmãos/ãs, testamento de "Brasileiros" a sobrinhos eleitos, saída para a grande cidade dos descendentes com maior instrução, por incapacidade de, no lugar de origem não encontrarem ocupação, opções estratégicas de investimento e gestão do património acumulado.

Se estes factores estiveram ligados ao sucesso pessoal do "Brasileiro" e dos descendentes, a sua deficiente gestão funcionou como factor de insucesso, ligado, por sua vez, a razões de mau posicionamento político, em tempo de grande instabilidade ideológica, de que foram vítimas, primeiro os monárquicos absolutistas e depois os republicanos, sendo estes posteriormente excluídos, pelo homens do Estado Novo, dos empregos e lugares políticos, o que os marginalizou também socialmente.

Concluímos, que: «uma tal perspectiva, contextualizada no tempo e no espaço, sendo inseparável dos processos reprodutivos/ou transformadores da estrutura social local, obriga a colocar-se e a avaliar a controvérsia questão de saber até que ponto o fenómeno migratório constitui um factor de mudança e conservação do statu quo». Estaríamos perante a análise dos efeitos das emigrações nos países de partida e de chegada, vista na perspectiva demográfica, num e noutro lugar, bem como as consequências económicas, vista sob o ponto de vista das vantagens e desvantagens.

2. RETORNO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Para designar globalmente o fenómeno de deslocação de indivíduos de uma região para outra, (excluindo o fluxo normal das pessoas num quadro de deslocações próprias das sociedades modernas e dos respectivos condicionamentos, que impõem deslocações, sem que haja cortes e rupturas com o contexto doméstico e social), utilizamos três conceitos diferentes: a migração, como a deslocação de pessoas dentro do território nacional; a emigração, como a saída de população para nações ou territórios geograficamente distantes; a imigração como o movimento de entrada de população no país. No primeiro caso, o período de ausência era curto e, no segundo, a ausência ocorria durante um tempo longo, podendo mesmo ser definitiva.

Para John A. Jackson, as migrações podem encarar-se sob três aspectos: em primeiro lugar como um movimento de proporções consideráveis, ou seja, da existência de um fenómeno com efeitos demográficos e que resultam da movimentação de indivíduos por fronteiras

³⁹ Idem. p.303

[«]Região», Enciclopédia Einaudi, Vol. 8, Imprensa Nacional - C. M., 1986, p. 511

Alves, Jorge Fernandes, Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto, Ed. Autor, 1994, pp. 21-22

administrativas definidas; em segundo lugar, como um fenómeno demarcado no tempo, isto é, que apresente uma certa duração, não podendo, por isso, ser casual ou temporário.

Por último, envolve por imperativo uma transição social e uma «mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social».⁴²

O retorno, segundo Miriam H. Pereira, associa-se à construção de fortuna, da qual surgiu o mito do enriquecimento rápido, resultante de uma sociedade altamente hierarquizada e com pouca mobilidade social. Retornar à terra de origem é assim uma forma de promoção social. 43

Depois de abordarmos a existência de condicionalismos económicos, sociais e familiares subjacentes às saídas de população do concelho de Fafe, o retorno parece decorrer também do acontecido durante a experiência migratória.

Contudo, parece haver uma relação directa entre as expectativas pessoais, familiares e sociais motivadoras do sucesso e do retorno, o que, em parte, é dito por Miriam H. Pereira: «o português partia para enriquecer e o seu fracasso era atribuído por ele próprio e pelos seus conterrâneos à sua própria incapacidade, e não a uma modificação do seu estatuto social do português no Brasil»⁴⁴.

Tendo em conta que a "sociedade portuguesa era altamente hierarquizada", antes das expectativas dos conterrâneos estavam as familiares, condicionadas pelos respectivos estatutos sociais e simbólicos do grupo doméstico e da comunidade particular donde era proveniente. Assim, o não retorno por insucesso não é penalizante, para os que não tinham papéis sociais importantes a defender na sociedade de onde eram provenientes. Pelo contrário, os bem posicionados socialmente na comunidade de origem, reconhecendo como incapacidade o não cumprimento das elevadas expectativas da família e da comunidade, optam pelo não retorno, encobrindo a ausência de fortuna.

Por outro lado, o retorno e a sua afirmação através da construção de uma casa tipo, não é mais do que uma estratégia de reprodução social e a demonstração da capacidade das famílias em se reposicionarem em tempos de transformação global da sociedade.

Na nossa pesquisa, descobrimos que todos os emigrantes no Brasil eram tidos pelos locais não emigrados, familiares ou não, como estando aí muito ricos, mesmo que não houvesse evidências do facto. Estas e outras mensagens de estado de sucesso e riqueza eram trazidas pelos que periodicamente vinham do Brasil, em viagem à terra. Só após a morte do emigrante, era tornada pública a verdadeira situação económica do emigrante, e publicamente assumida pela não herança de bens, em que era suposto ver-se os seus efeitos.

O insucesso, como dissemos, é fortemente penalizante para os que integram grupos domésticos com elevada representação simbólica do estatuto social. Por isso, Álvaro Monteiro e

⁴² Jackson, John A., Migrações, Lisboa, Escher, 1986, pp.5-6.

Pereira, Miriam Halpern, A política portuguesa da emigração 1850-1930, Lisboa, Regras do Jogo, 1981, p.29

dem, ibidem

João A. Freitas, dois dos mais destacados "Brasileiros" de Fafe, tendo em conta os quadros familiares que integravam, visíveis ainda pelas dimensões das casas urbanas aqui construídas, suicidam-se respectivamente em 1915 e 1917.

Para estes, depois de uma carreira de sucesso comercial no Brasil, a falência constituiu uma carga de tal modo desprestigiante que só o suicídio pôde honrar o nome da família e do quadro familiar onde se situa.

Como já referimos, o retorno decorria de uma forte ligação do emigrante às famílias e ao território de origem, sendo a casa do «Brasileiro» a reafirmação de estatuto anterior, naturalmente sobredimensionado, face aos desníveis que a importação de capitais permitia, comparativamente aos naturais. Esta circunstância foi considerada como ascensão social de emigrantes pobres que retornaram ricos. Consideramos, no entanto, que o retorno, pelas formas de representação social e simbólica, constituiu uma nova postura social dos descendentes de uma elite de proprietários rurais, apreciadores das imagens urbanas de tipo burguês.

Nas gerações seguintes, observam-se estratégias diferenciadas na reprodução do estatuto, cuja eficiência decorreu do sucesso ou insucesso dos investimentos feitos em tempo de retorno, pelos posicionamentos políticos, pela escolarização do filhos, pelas estratégias e alianças matrimoniais, ou pelo lugar geográfico de instalação em tempo de retorno definitivo.

2.1 Representações de «Brasileiro».

Não era fácil a vida do emigrante no Brasil, segundo o exemplo do relato autobiográfico de Francisco José Leite Lage. O percurso na emigração estava sujeita a circunstancialismos que definiam uma trajectória de emprego ou ocupação que se iniciava em posições de subalternidade, ou trabalhador por contra de outrem, até atingir o negócio pessoal.

O retorno definitivo do brasileiro rico implica o cumprimento de obrigações de natureza filantrópica, de demonstração de nacionalismo, de cultura e urbanidade, com significado social e simbólico.

«Em 1861, depois de liquidar todos os meus negócios, entreguei a meu primo Fortunato J. Lima procuração bastante para ele receber os alugueis do meu prédio, e as letras quando se fossem vencendo, e vim para Portugal na companhia de meu primo e ex-patrão João A. de Castro e A. G. Oliveira Guimarães.

Embarcamos no vapor francês Navarre a 25 de Março e chegamos a Lisboa a 15 de Abril. Estivemos no Lagareto 8 dias e desembarcamos no Terreiro do Paço a 22 de Abril. Hospedámo-

nos no Pedro Alexandrino na Rua da Bitesga, em frente à praça da Figueira, demorando-nos para ver Lisboa, Sintra, Mafra, etc.»⁴⁵

A viagem de regresso de Francisco José Leite Lage é, em si mesma, um quadro de referência do roteiro escolhido, onde surgem os símbolos de nacionalidade e de cultura nacional (Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, a pá de Brites de Almeida, a Universidade de Coimbra, as livrarias, o lugar "a quinta da lágrimas onde foi assassinada Inês de Castro", o Jardim Botânico, o Bom Jesus de Braga) necessários à construção de discursos no lugar social de reinstalação.

«No Dia 5 de Junho seguimos para o Porto no caminho de ferro às 8 horas da manhã, passando pelas estações Poço do Bispo, Olivais, Sacavém, Póvoa, Alberca, Alhandra, Vila Franca, Carregado, aonde saímos entrando para um coupé alugado [...]. Saímos no dia 6, às 5 horas da manhã, passando por Vale de Maceira, chegando a Alcobaça às 9 horas onde almoçamos e depois de ver o Mosteiro com vagar seguimos passando por Cumieira, S. Jorge e depois de vermos a pá de ferro da padeira Brites de Almeida de Aljubarrota, fomos ver o mosteiro da Batalha, donde saímos às 5 horas da tarde. [...].

No dia 22, depois de visitarmos a cidade [Guimarães] e a feira que havia nesse dia seguimos de tarde para a nossa freguesia de Cepães, indo eu a acompanhar o meu ex-patrão e primo Castro Leite à sua casa das Nogueiras, e vindo depois para esta casa da Lage, onde encontrei minha mãe e meus irmãos [...].» 46

Muitos nunca saíram da condição de empregados ou trabalhadores dependentes, mantendo, ao longo da vida, uma situação socialmente frágil e economicamente dependente. O retorno definitivo constituía, assim, a possibilidade de ocupar, no lugar de origem, um estatuto previamente definido ou negociado com a família e resultante das estratégias do seu posicionamento social. Estava aqui incluído o seu casamento e, para isso, a compra de bens que o permitisse.

Assim, na vivência e na "sorte" experimentada na condição de emigrante jogava-se o futuro pessoal e familiar.

O trajecto passava pelas condições de saída e pelas condições de chegada. Aí vai iniciar um processo de testagem iniciado com a exibição de cartas de recomendação ou com a ocupação de um emprego, também ele negociado com parentes ou vizinhos anteriormente emigrados.

46 Idem, ibidem

Relato auto-biográfico de Francisco José Leite Lage, manuscritro, arquivo da Misericóridia

É o caso de Francisco J. Leite Lage, que indo trabalhar com o irmão, acordam que nenhum deles se reveria nessa condição.

Estamos assim perante solitários da sobrevivência e sobreviventes na solidão. O acordo entre estes dois irmãos, mais do que significar abandono, indicia que, a cada um cabe a demonstração de capacidades e que a ocorrer o insucesso, este não compromete nenhum deles.

Durante o tempo que medeia a demonstração a que todos são obrigados nos caminhos da emigração, ninguém revela a verdadeira situação, nem mesmo os irmãos. Os que vinham à terra de origem estavam impedidos de revelar a condição dos que estavam no Brasil.

Se o emigrante não demonstrou sucesso, a revelação da sua situação de dificuldade ou de declarada pobreza constituía grave perigo, nomeadamente de vida.

Por outro lado, e dada a instabilidade de uma existência emigratória, que dependia da actividade comercial, naturalmente instável, e de trajectos pessoais de difícil avaliação, aquela atitude demonstra a solidariedade de quem vive situação idêntica: sobrevivência em contextos laborais e trajectórias difíceis no lugar de acolhimento; ocorrência de situações de riscos imprevisíveis, como são as de natureza comercial; ocupação em trabalhos e situações de vida penosa e socialmente pouco reconhecidas; ser efectivamente rico, o que corta convivências com "os da terra"; valorização simbólica do retorno como acto de representação social.

Em "Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) Perspectiva Histórica e Patrimonial" apresentamos as manifestações materiais, culturais, urbanísticas, industriais ..., expressas nesta localidade e que foram produto da emigração para o Brasil.

Aí, sugerimos que a localização particular desta terra, nomeadamente a da sede do concelho, bem como a dimensão de representação administrativa tradicional, terá influenciado os emigrantes bem sucedidos, na escolha da vila de Fafe, para que aí viessem a edificar as suas casas e construíssem uma vivência própria que reflectisse ainda a representação de si próprios.

Porém, a emigração para o Brasil reflectiu-se em outras explicitações materiais dispersas e menos evidentes pelas trinta e seis freguesias que compõem o actual concelho de Fafe.

Naquela trabalho, mais de levantamento do que de análise, foi possível concluir que, na segunda metade do século XIX e na primeira deste século, existiram um conjunto de iniciativas de construção de edifícios particulares, imóveis de utilidade pública, indústrias, vias de comunicação, equipamentos sociais ..., que foram obra de emigrantes com fortuna bastante para concretizar tais iniciativas.

O acompanhamento do percurso individual de alguns emigrantes evidenciou particularidades que decorreram da diferente "sorte" que cada um experimentou durante a experiência de vida migrante.

_

Miguel Monteiro, Fafe dos "Brasileiros" (1869-1930)- Perspectiva Histórica e Patrimonial, Fafe, Ed. Autor, 1991

Esta personagem é ainda incógnita, o que nos levou ao estudo deste fenómeno de migração concelhia no período de 1834 a 1926.

Conhecer este fenómeno social, económico e cultural local implica a enumeração de algumas daquelas evidências; perceber o quadro geográfico e a evolução histórica e social do concelho de Fafe e da Vila de Fafe, matriz de origem e local de retorno dos que, durante todo o século XIX e primeira metade do XX, emigraram para diferentes destinos e compreender que a migração teve impactes distintos no concelho e na Vila de Fafe, nomeadamente na arquitectura, conforme foram diversos os territórios e áreas de destino.

Se a aplicação da técnica da caiação das paredes exteriores das casas de granito, decorreu da aprendizagem com a migração interna com destino ao Alentejo, nas casas dos emigrantes do Brasil identificamos tipologias arquitectónicas distintas, conforme os seus proprietários se instalaram numa ou noutra região do Brasil.

A arquitectura das casas dos que emigraram para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ou com grande influência destas, é distinta da dos que emigraram para a região de Manaus, havendo, por isso, uma relação directa entre as regiões de destino e tipologia. As primeiras são marcadamente horizontais, com rés-do-chão e primeiro andar e as segundas, são estreitas e altas, com dois ou três andares, isoladas no tecido urbano por um quintal vedado por gradeamento.

Na primeira década do século XX assiste-se à decadência do "Brasileiro" com a inesperada perda de valor no mercado da borracha brasileira, provocada pela concorrência das colónias inglesas asiáticas.

Esta situação de crise é evidenciada com o suicídio de dois ilustres capitalistas "brasileiros" de Fafe: João Alves de Freitas e de Álvaro Monteiro Vieira de Castro, associados a crise económica que então se viveu com o declínio da cotação da borracha.

Em 1915, no Almanaque de Fafe, a crise do Brasil é assumida e pública «No Brasil, acabará a crise da borracha, triunfará o negócio do café e tornará a reverdecer a "árvore das patacas", há tantos anos seca»⁴⁸

Em 9 de Setembro de 1920, o Jornal "O Desforço", informa os seus leitores que os portugueses são mal tratados e apelidados de Galegos. Mas, a notícia mais desesperada aparece em 1921, com o título " A Fome no Brasil":

«Notícias vindas do Brasil, dão-nos a tristíssima realidade de que nos estados de além mar se atravessa uma gravíssima crise económica, oferecendo-nos assim o doloroso espectáculo de se verem ameaçados o comércio, a indústria e a laboração manual o que acarreta as mais angustiosas dificuldades à vida daquelas regiões.

^{48 «}Almanaque de Fafe», Fafe, 7.º ano, 1915, pp. 6-10

Sabe-se que de todos os pontos do Brasil os portugueses , nomeadamente as classes operárias, pedem aflitivamente para serem transportadas para a mãe-pátria.

Os poderes superiores devem olhar pressurosamente para esse grito de tortura soltado pelos nossos irmãos que se vêem na contingência de ali morrerem à fome! Mas mais urge os nossos governos proibir imediatamente a emigração dos portugueses para os portos brasileiros, mormente da gente mais pobre.»⁴⁹

Por sua vez, a depressão económica mundial de 1929, conduzindo à falência dos Bancos e outras instituições financeiras, provocou dificuldades irreparáveis aos capitalistas locais e marcou o fim da importação de capitais do Brasil e do fluxo dos proventos dos que viviam no Brasil, fechando um ciclo de expansão da cidade.

^{49 «}O Desforço», Fafe, 23/6/1921